

EM DEFESA DO PLEBISCITO. EM DEFESA DA DEMOCRACIA.

Desde 2013 os cidadãos brasileiros demonstram seu descontentamento com os processos de formulação e implementação de políticas públicas. Não apenas os partidos e os políticos profissionais são questionados, mas a falta de mecanismos de escuta sobre a real vontade política dos cidadãos, são alvos de constantes críticas e ações.

Está na hora do parlamento brasileiro ouvir diretamente, sem mediações, aqueles que nos elegeram. Está na hora de ouvirmos aqueles que nos empoderam eleitoralmente. Não há mais espaço para que decisões sobre a vida da população não tenham como fundamento os anseios de milhões e milhões de brasileiros.

Na sociedade contemporânea, onde a organização Estatal é onipresente, a possibilidade dos indivíduos escolherem quem governa o Estado e quem faz as leis, não é uma concessão dos agentes políticos e tecnocratas públicos. Ao contrário, desde o século XVII que as populações pleiteiam o direito de decidir diretamente seus destinos políticos e econômicos. Muitos morreram pelo direito de evidenciar suas preferências políticas.

Voto não é, portanto, uma obrigação imposta pelo Estado àqueles que vivem no território sob seu controle. O voto é um direito a ser exercido por qualquer cidadão que assim desejar exercê-lo. O voto obrigatório – tutela do Estado sobre a soberania popular -, surge no Brasil em 1932, no pleno ocaso da República Velha. Mecanismo conservador que a Nova República manteve intacto e que, há muitos e muitos anos, a população brasileira rejeita.

Na Constituição Federal de 1988 está escrito (e determinado): “Todo o poder emana do povo”. No texto Constitucional está explicitado que os mecanismos de consulta à vontade popular não se restringem a eleições diretas, livres e secretas. Ao contrário, faz parte dos mecanismos democráticos brasileiros, o Referendo e o Plebiscito.

Vivemos um período de crise. Parte desta crise envolve os mecanismos de funcionamento da democracia brasileira. A população brasileira já passou por 2 processos de Impeachment, duas reeleições de presidentes da república, entre outros acontecimentos. Apesar das falhas de nosso sistema, a população brasileira tem dado demonstrações efetivas de maturidade e responsabilidade políticas.

A realização de Plebiscito para consulta direta dos cidadãos sobre se estes desejam que o ato de votar seja um direito (facultativo) ou um dever (compulsório), é uma demonstração da maturidade democrática do Parlamento brasileiro. Tornar efetivo o mecanismo de consulta direta à população pode contribuir sobremaneira para a superação da crise atual de legitimidade pela qual passa o sistema político brasileiro. Uma oportunidade para avançarmos na consolidação de nossa democracia.